

## **DECRETO N. 046/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019**

Dispõe sobre a criação da Comissão de Regularização Fundiária no Município de Jateí, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JATEÍ/MS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 52 da Lei Orgânica do Município.

**CONSIDERANDO** o advento da Lei Municipal n. 722, de 26 de setembro de 2019;

**CONSIDERANDO** o princípio da função social da propriedade urbana, que visa assegurar o ordenamento do desenvolvimento da cidade para a garantia do bem-estar de seus habitantes, nos termos do art. 182 da Constituição Federal;

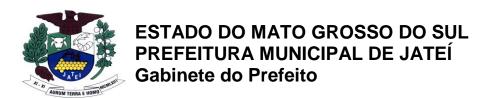
**CONSIDERANDO** a edição da Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017, que estabelece as normas e procedimentos para implementar a regularização fundiária dos núcleos urbanos informais.

**CONSIDERANDO** a relevância do direito social à moradia como meio para estabelecer o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, sendo interesse desta Municipalidade a regularização das diversas ocupações irregulares consolidadas existentes há anos em áreas públicas e privadas do município de Jateí;

**CONSIDERANDO** que para atender o disposto na referida lei, quanto a elaboração e implantação de projeto de Regularização Fundiária das áreas de interesse, faz-se necessária a estreita parceria entre órgãos do município de modo a dar celeridade e objetividade à aprovação dos processos e emissão das documentações exigidas;

## **DECRETA:**

- **Art. 1º** Fica instituída a Comissão de Acompanhamento de Projetos de Regularização Fundiária do município de Jateí, composta pelos seguintes membros:
- I Telma Cristina Barbosa Gandine Presidente da Comissão de Projetos de Regularização Fundiária;
- II Karen Gabrielle Benedito responsável pelo Sistema Único de Assistência Social;
  - III Pedro Henrique de Deus Moreira Procurador Jurídico;
  - VI Anderson Hipólito Albuquerque Sousa Fiscal de Obras e Posturas;
  - VI Valceni Silva dos Santos Assistente Administrativo.
- **Art. 2º** Cabe à Comissão de Acompanhamento de Projetos de Regularização Fundiária do Município de Jateí:
- I Adotar medidas e procedimentos necessários para que a Lei Federal n.
   13.465 de 11 de julho de 2017 e Lei Municipal n. 722, de 26 de setembro de 2019, sejam implantadas nos Núcleos Urbanos Informais Consolidados no Município de Jateí;



- II Definir procedimentos de aprovação de processos e modelos de documentos a serem executados no processo de regularização fundiária, permitindo que os projetos atendam aos critérios estabelecidos pela Lei Federal 13.465 de 11 de julho de 2017 e Lei Municipal n. 722, de 26 de setembro de 2019;
- III Analisar as áreas propostas para regularização, indicando soluções que visem a celeridade e a correta e efetiva aprovação de parcelamento;
- IV Buscar meios para que os documentos e pareceres exigidos para integrar os processos de regularização fundiária sejam emitidos de modo ágil e simplificado;
- V Realizar a coleta de dados, informações e documentos necessários ao devido processo de regularização fundiária, podendo se utilizar de informações já existentes na Prefeitura Municipal;
- VI Acionar, quando necessário, os órgãos externos (Cartórios, Ministério Público, Defensoria Pública, etc.) sobre áreas e procedimentos adotados acerca da Regularização Fundiária;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JATEÍ/MS, em 01 de outubro de 2019.

ERALDO JORGE LEITE
Prefeito Municipal